

9.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas

04.05.2016

Ponto 2.5

Plano Municipal de Habitação

Declaração de Voto

Quanto ao Plano Municipal de Habitação que nos é presente para deliberação, e após a análise possível no tempo que nos foi dado, embora cumprindo os tempos regimentais, é um documento com quase duzentas páginas, não dá muita margem para uma análise aprofundada e criteriosa como gostaríamos de ter feito.

A primeira questão que se nos suscita é concretamente o que vamos deliberar. Os documentos estratégicos da câmara carecem de deliberação do órgão câmara, estão definidos e estão estipulados. Podemos entender a necessidade ou a proposta de deliberação por parte da Câmara Municipal de um plano que se consubstancia muito num trabalho de diagnóstico e que é um plano que do ponto de vista daquilo que define como grandes opções, é um plano redutor e sem prejuízo de nós considerarmos de grande oportunidade a apresentação deste trabalho, por isso felicitamos a Câmara e o seu corpo de técnicos, pois não foi ao acaso que ao longo dos anos, as câmaras municipais se foram dotando de meios técnicos que refletem uma abordagem e um interesse sobre esta matéria da habitação social, que lhes permitiu a constituição de gabinetes específicos e de áreas de intervenção específicas que culminam nesta capacidade de, do ponto de vista do planeamento e do diagnóstico, termos o trabalho que aqui nos foi apresentado e também por isso os agradecimentos à Sr.ª vereadora pelo trabalho aqui apresentado.

Quanto à deliberação em si mesmo e após os esclarecimentos prestados no período de discussão, consideramos que a opção estratégica da Câmara em evoluir para este documento, ainda que daquilo que ouvimos há pouco dizer, tratar-se de uma imposição por via do que é determinado pelo PDM, em bom rigor a realidade é que nem todas as câmaras têm os seus planos locais de habitação definidos, atualizados e discutidos, consideramos que este é um documento que encerra um diagnóstico sobre uma realidade, que avança com um conjunto de perspetivas e de análise, mas em si mesmo não consagra um conjunto de propostas e de medidas que possam ser operacionalizadas depois da deliberação.

Ainda assim uma das conclusões a que nós chegamos rapidamente é que 42 anos depois da instalação da democracia e da liberdade, um dos pilares fundamentais de desenvolvimento social e económico que é uma habitação condigna para todos e é isso que diz a nossa constituição, está longe de ser cumprido, com assimetrias entre concelhos é normal que encontremos ainda um pouco por todo o território nacional, problemas e bolsas de construções precárias que têm que ter resposta ao nível dos poderes. Isto remete-nos para uma outra questão, que é não podermos, nunca, nesta discussão, colocar de parte um elemento fundamental que é o investimento da Administração Central, como por exemplo o próprio PER.

O PER, Programa Especial de Realojamento, um programa da Administração Central que foi assumido pelas câmaras municipais e o facto é que, com o decorrer dos anos, esta assunção de responsabilidades tornou-se quase tácita, e para as pessoas, o problema do PER era um problema que tinha de ser resolvido pelas câmaras municipais, quando na realidade assim não é. Não podemos esquecer o cerne da questão e absolutamente estratégico, que é a limite, resolver o problema de carência habitacional de milhares e milhares de pessoas.

No plano local esta situação é naturalmente menor, mas o que é que a Administração Central tem feito? E aqui o documento também é rico nessa perspetiva, pois faz de alguma forma um balanço histórico da intervenção dos diferentes poderes, mas o que é que a administração central tem efetivamente feito para resolver este problema?

Por exemplo quando foi a decisão do Estado Português construir a exposição internacional, a Expo 98, aqui d'el-rei vamos lá resolver o problema de um conjunto significativo de pessoas e vamos lá mandá-las um pouco mais para longe, vamos "*varrer para debaixo do tapete*", e o financiamento apareceu e que depois se veio a constatar no desenvolvimento de projetos nem sempre muito bem planeados, mas aí o dinheiro apareceu. Poderemos considerar que neste momento estamos mais ou menos num estádio de adormecimento, onde, de facto só as câmaras têm contribuído com alguma expressão para a resolução deste problema.

Convém também referir que o nosso problema de habitação social não é já só o problema de erradicação de barracas, é um problema emergente que resulta do aprofundamento da crise económica que tem enviado para este tipo de situações milhares de famílias que deixaram de poder recorrer ao mercado e às condições do mercado, sobretudo do arrendamento, e em alguns casos, "foram empurradas" (o sistema tem destes vícios) para a aquisição de casa própria, dada a ausência de políticas de arrendamento social, com os resultados que se conhecem, com os despejos e com as pessoas que têm hoje situações verdadeiras dramáticas. Essas situações não resultam da necessidade de erradicação de habitações precárias, mas de se encontrarem novas respostas para ajudar a resolver o problema das pessoas que está cada vez mais em cima da mesa.

No nosso concelho também temos um conjunto de situações, por exemplo na Serra da Luz ou na Encosta da Luz, significativo de habitações em risco, em que o problema tem de ser resolvido no contexto da habitação social, não pode ser de outra forma.

Sem esquecer que este é um trabalho da Câmara Municipal de Odivelas, e o estudo coloca muito em foco a partir do momento em que é criado o concelho, mas já existia habitação social no nosso concelho antes da sua criação, feita também pela autarquia de Loures como se sabe, mas aqui no concelho nós continuamos com problemas gritantes por resolver e o documento em si mesmo não dá resposta a esse aspeto. Possivelmente não terá que dar.

Possivelmente a resposta que terá de dar é na necessidade do planeamento, e a priori, no reconhecimento do problema. Depois é uma questão de capacidade de investimento e de decisão política. É nestes dois domínios que esta câmara deve intervir.

Continua por resolver o problema de uma bolsa significativa de habitações precárias que é o Barruncho, que foi alvo de uma candidatura, de um projeto de arquitetura, mas que continua a faltar aquilo que é importante que é a capacidade de investimento e aqui naturalmente é necessário convocar a Administração Central para que assuma as suas responsabilidades na resolução deste problema. Possivelmente o Barruncho, no âmbito das

habitações precárias, corresponde a perto de 90% das habitações precárias existentes no nosso concelho.

Outro aspeto que este plano não aborda e que muito em breve nos será colocada, que é a gestão de todo o parque habitacional do IHRU, do ex Governo Civil na freguesia da Pontinha, bairro Mário Madeira, entre outros.

Este documento não reflete essa situação, não aponta soluções para aquela zona, mas em mandatos passados, vereadores com responsabilidades na área da habitação já chamavam a atenção para esta questão e a necessidade de investimento municipal para a recuperação daquele parque, pois é uma realidade e previsivelmente com custos absolutamente incomportáveis. Em nossa opinião deverá haver desde já, um processo sério de negociação com a Administração Central, com o Tesouro (não é o que já temos assistido, em que inclusivamente queriam que a CMO custeasse grande parte do edificado que ali está). Naqueles bairros será necessário não só intervir no edificado, mas também no espaço público e de forma diferente nos diferentes bairros, pois nem todos os bairros estão, felizmente, no mesmo estado.

Tudo isto, em nossa opinião carece de um calendário de negociação, porque durante muito tempo neste município olhamos para aquele território como um território que não nos dizia respeito, vamos ser objetivos, as casas estão lá, estão-se a degradar há um alheamento e uma desresponsabilização muito grande, primeiro do Governo Civil depois do IRHU, e o que é facto é que as casas estão lá, as pessoas habitam lá, mas não nos dizem respeito. Mas o problema vai-nos cair nos braços e o facto é que nenhuma câmara se pode orgulhar de ter no seu território respostas diferentes, ao nível da habitação social, em função dos diferentes atores que nela intervêm. Ou dizendo de outra forma o que é habitação social municipal, da câmara, nós tratamos, nós recuperamos, nós investimos, a outra habitação que não deixa de ser social, mas que não é da nossa responsabilidade vamos deixar andar e durante décadas, deixámos andar.

Todos temos a consciência que o problema da habitação social não é só o problema da erradicação de barracas. No último gráfico da apresentação estava bem patente que ao pico de cada crise económica corresponde um pico de pedidos de habitação social e reparámos também que no último ano há um crescimento de pedidos de habitação social. Isto são pessoas que não conseguem ter condições para, no mercado, ter acesso a uma habitação condigna.

Outra dimensão que será importante ou não avaliar é a da possibilidade de alargarmos o parque habitacional municipal através da aquisição ou de arrendamento de imóveis devolutos.

No concelho de Odivelas existem milhares imóveis devolutos. Será importante perceber se a nossa estratégia de intervenção e de alargamento do parque habitacional pode passar pela utilização destes devolutos e colocá-los no nosso “micro mercado” de arrendamento social. Poderá ser uma possibilidade.

Em nosso entendimento já perdemos oportunidades de alargamento através da construção do nosso parque habitacional municipal. O Arinto foi um caso de uma oportunidade que acabou por se esfumar, porque havia ali a possibilidade real de aumentarmos a dimensão do nosso parque habitacional municipal. Neste momento estamos confrontados com uma grande questão que é: construir mais para dar resposta, através dos mecanismos de financiamento que temos ao nosso dispor, (mas o setor cooperativo está como está e neste

momento não dá resposta) ou então pegamos nos devolutos que existem e poderemos alargar este quadro.

Quando fizemos, nesta câmara, a discussão do regulamento de alienação de fogos municipais, concordámos com os pressupostos do regulamento mas também dissemos na altura que não podemos deixar de ter uma bolsa significativa para arrendamento, para procurar dar resposta às situações de maior emergência.

Este é um documento estratégico, validado do ponto de vista técnico, mas que emana de uma série de pressupostos e opções políticas, que naturalmente não obstante pontos de convergência entre a CDU e os partidos que gerem esta câmara, não nos podemos rever integralmente neste conjunto de propostas apresentadas e antecipando o nosso sentido de voto com o natural regozijo e valorização que fazemos do documento não podemos acompanhar favoravelmente esta deliberação.

Em nossa opinião além da resolução dos problemas de habitação social que temos no nosso concelho, não podemos deixar de considerar que algumas habitações que não estão em aglomerados de barracas, não deixam de representar problemas de habitação precária e sobre estes também é necessário agir. Para nós é fundamental que haja mecanismos e linhas de apoio centrais para que as câmaras se possam candidatar e possam intervir no território criando condições às pessoas que lá vivem poderem ter uma habitação condigna. Pela discussão produzida e pelas intervenções anteriores o que acabou de ser dito é precisamente o que há muito suspeitamos, é que não há neste momento financiamento a fundo perdido. Não há agora e não há já à algum tempo e o que é que isto significa? Significa pois, aos olhos da Administração Central, “vocês” câmaras municipais arranjem as soluções para o problema.

Partindo do princípio que a habitação social é uma questão de Estado, Constitucional, então a questão tem de ser ao contrário. A questão tem de ser, até que ponto é que estamos disponíveis para continuar, junto da tutela a reivindicar aquilo que nós consideramos ter como direito.

Pelas razões expostas a nossa abstenção.

Odivelas, 4 de Maio de 2016

O Vereador da CDU

Rui Francisco